

AS CONDIÇÕES DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO VALE DO JEQUITINHONHA*

Eduardo GRAZIANO**
Francisco GRAZIANO NETO***

RESUMO: O artigo procura descrever as condições da reprodução econômica camponesa no Vale do Jequitinhonha mineiro, atentando para as relações entre Homem-Natureza decisivas para a organização social historicamente estabelecida.

UNITERMOS: Reprodução econômica camponesa; relações Homem-Natureza; organização produtiva.

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha está localizado no nordeste do Estado de Minas Gerais e compreende, grosso modo, duas regiões distintas tanto quanto às características geográficas, como em relação à época de sua ocupação: a região do Geraes e a região das Minas.

A região do Geraes, que se concentra na porção oriental do Vale, caracteriza-se fisiograficamente por possuir terras planas e baixas, onde a vegetação predominante é, ao norte, um prolongamento do sertão baiano (vegetação de caatinga) e, ao leste, originalmente ocupada pela floresta tropical úmida, hoje totalmente substituída por pastagens. Sua ocupação deu-se inicialmente através da criação de gado em meados do século XVIII, para abastecer o ciclo da mineração. Como consequência, a região do Geraes é hoje marcadamente uma região de grandes

propriedades fundiárias pecuaristas que abrangem e dominam a pequena produção camponesa existente.

Por sua vez, a área em estudo, a região das Minas, localizada no lado ocidental onde nasce o rio Jequitinhonha, é formada por terras altas e irregulares do planalto mineiro (Serra Geral de Minas ou do Espinhaço), com vegetação típica de cerrado, conformando as zonas de *chapadas* com suas inúmeras vertentes, conhecidas como *veredas* ou *grotas*. Constituiu-se em uma importante área de extração mineral no século XVIII, tendo abrigado alguns dos principais centros da extração do ouro e diamantes, como Minas Novas, Diamantina, Serro e Grão Mogol. Sua formação econômica está ligada a essa atividade extrativa e às vicissitudes da mesma. Marcada caracteristicamente pela combinação de um alto grau de incerteza na produção com a alta mobilidade do empreendimento de um lado

* Este artigo é parte inicial da Dissertação de Mestrado do primeiro autor, fruto de ampla pesquisa que vem sendo realizada sobre o Vale do Jequitinhonha sob a coordenação da Profa. Margarida Maria Moura, a quem os autores agradecem as críticas e sugestões recebidas.

** Economista, mestrando em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ.

*** Departamento de Economia Rural - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - UNESP - 14.870 - Jaboticabal - SP.

e, de outro, pela alta lucratividade com a conseqüente especialização da produção produtiva, a economia do ouro legou à região alguns traços importantes.

Resultado da itinerância do empreendimento extrativo colonial, levado a cabo principalmente pelos faiscaidores que se movimentavam seguindo os cursos d'água e rios na procura de aluviões do precioso metal, a região das Minas foi sendo povoada. Mas esse rápido povoamento possuía um objetivo dominante: a descoberta do ouro e das pedras preciosas. Não se estabeleceu portanto, como conseqüência, empreendimentos de médio e grande porte que se dedicassem à agropecuária. O abastecimento alimentar e dos meios de produção necessários para a mineração foi satisfeito através de importações de outras regiões brasileiras.

A única atividade econômica que nasceu e se desenvolveu nas brechas dessa economia foi a pequena produção alimentar. Ainda que de pouca expressão produtiva e numericamente limitada, não é difícil supor a sua existência numa região onde abundavam trabalhadores livres atraídos de toda parte pelo ouro e onde a carestia de alimentos, mesmo básicos, era patente. A alta dos preços desses produtos bem como o seu constante problema de abastecimento induzia a população de poucos recursos a produzir sua própria subsistência, quando não se empregavam nas empresas de lavra.

Assim, a produção agrícola que já era incentivada pelos altos preços dos alimentos, ainda que limitada pela própria dinâmica da atividade principal, ganha novos contornos com a decadência da mineração pelo fim do século XVIII e começo do século XIX. A massa da população trabalhadora, homens livres ou escravos libertos ou refugiados (a atual cidade de Chapada do Norte foi um antigo quilombo e, até hoje, sua população é constituída na quase totalidade de negros) dispersaram-se pelo meio rural, dando origem certamente ao campesinato ali ho-

je estabelecido. O garimpo praticado por essa população nunca deixou de existir mas passou, com o tempo, a se constituir em atividade complementar à produção agrícola, salvo raros locais onde tem presença marcante.

Ao lado e sobre a pequena produção camponesa, algumas fazendas foram organizadas com a finalidade de produzir produtos de alto valor comercial, como o gado de corte e o algodão. Estas fazendas nasceram da necessidade de alguns empreendedores da mineração substituírem a atividade extrativa em decadência por outra que ocupasse os recursos então disponíveis, gerados pela economia do ouro: escravos, dinheiro, tropas de muares e gado, linhas de comércio com outras regiões, etc.

Sobre as relações estabelecidas entre as fazendas e a pequena produção camponesa, ainda que não privilegiadas nesse artigo, devemos salientar dois pontos importantes: a luta pela posse da terra e a crescente independência da produção camponesa frente aos grandes proprietários.

Os conflitos pela posse da terra têm como fundamento a tentativa constante dos grandes proprietários de aumentarem seus *domínios* (territorial, social e político) por sobre os grupos camponeses. Nota-se, inclusive, que o interesse dos grandes proprietários pelo domínio de amplas parcelas de terra dá-se não pela terra em si ou pelo que possa produzir - como mercadoria que se valoriza ou como meio de produção - mas sim pela possibilidade de dominar os homens que trabalham a terra. Dominar a terra é condição essencial para se dominar os homens, para se dominar o trabalho e as atividades políticas dos camponeses. Tanto isso é verdade que a produção comercial não se expande conforme aumentam os domínios dos grandes proprietários. Nesse sentido, a lógica da ampliação constante dos domínios tem requisitos que ultrapassam o econômico.

Na luta pela posse e defesa da terra, as forças sociais em jogo impõem uma oscilação para mais ou para menos no domínio dos grandes proprietários. Porém, pode-se apontar sem grandes problemas dois períodos distintos nas relações sociais entre fazendeiros e camponeses. Um primeiro, historicamente demarcado entre o fim da mineração até meados do século XIX, onde o movimento predominante é a expansão do domínio dos grandes proprietários sobre a pequena produção camponesa, “abraçando-a” territorialmente e impondo condições mais severas de dominação. De meados do século XIX em diante parece haver um refluxo cada vez mais evidente no domínio territorial dos “coronéis”; inaugurando um segundo momento nestas relações. As fazendas entram em estagnação econômica e liberam áreas para a produção camponesa. Nesta nova situação, resultante da conjuntura nacional e regional, a forma de dominação sofre rearranjos assumindo uma condição mais “frouxa”.

A independência crescente pelo campesinato até 1970 sugere uma correlação muito estreita com essa liberação de área pela tradicional fazenda do geraes mineiro. A nova situação, ao criar um espaço social e físico liberto da dominação, permite à produção camponesa o estabelecimento de um modo de vida próprio que lhe tem assegurado sua reprodução social.

O objetivo de nosso trabalho é o tratamento das condições da reprodução sócio-econômica camponesa no Vale do Jequitinhonha mineiro. Este artigo tentará descrever as condições da reprodução antes do processo de expropriação capitalista ocorrido a partir de 1970, processo esse que altera condições fundamentais para a reprodução social do campesinato ali historicamente estabelecido por mais de um século.

A pesquisa de campo, geradora de uma etnografia extremamente importante, permite afirmar que a alimentação sadia, a água farta, o lazer social, as festas

religiosas, a propriedade de meios de produção essenciais configuravam um modo de vida estável e relativamente rico, social e materialmente. Destarte, desconsiderando esta situação camponesa, o governo através de suas agências representativas caracteriza a região de “Vale da Morte”, de “pobreza absoluta” etc., falsificando a realidade com o propósito de justificar um projeto econômico-social próprio para a região. Mediante o desígnio de “pobreza absoluta” justificam-se as transformações implantadas pelas empresas capitalistas, amplamente subvencionadas pelos governos estadual e federal.

O processo de expropriação do campesinato, a destruição das matas naturais e a implantação de culturas de exportação ou de florestas homogêneas de eucalipto, constituem-se no “progresso e desenvolvimento econômico” que chega ao Vale, alterando radicalmente as estruturas e formas de organização sócio-econômicas existentes.

Impõe-se um processo explorador de acumulação de capital que beneficia os novos e antigos empresários desse capital. Os camponeses vêm suas condições de vida deteriorarem-se como consequência da perda de vários de seus meios de produção e de vida. Em nome do “progresso” a miséria social começa a ser implantada no Vale.

Não teremos tempo, neste artigo, de analisar a desestabilização da organização sócio-econômica camponesa. Interessa-nos mais neste espaço, como dissemos, descrever as condições da reprodução sócio-econômica antes de tal processo. Achamos importante mostrar, até com certos detalhes, o viver da população do Vale do Jequitinhonha, pois ele contém elementos ricos para a interpretação das sociedades camponesas estabelecidas em nosso país.

Há, ainda, uma preocupação específica nessa descrição: cremos importante mostrar como a Natureza estabelece condições materiais que influenciam deci-

sivamente a organização social dos homens, aspecto que normalmente os trabalhos na área social pouco consideram. Pretendemos mostrar como o ecossistema natural, que dominaremos no caso do *complexo grotas-chapadas*, interfere, define ou até mesmo determina traços importantes da organização social.

Claro que não vamos advogar o determinismo da Natureza tal como ele se coloca para as demais espécies vivas. Temos absolutamente claro que o Homem cria condições de sobrevivência, pelo trabalho e pela inteligência, interferindo e modificando a Natureza segundo suas necessidades. Mas temos também muito claro que o relacionamento Homem-Natureza tem que se dar no sentido de convivência harmônica, da manutenção de um equilíbrio dinâmico entre os homens e o ecossistema. Senão, se o relacionamento Homem-Natureza possuir caráter destrutivo, a organização social será apenas temporária, porque destruindo a Natureza o Homem destrói a si próprio.

O COMPLEXO GROTAS-CHAPADAS

Estando no Vale e olhando-se o horizonte de um ponto qualquer, em qualquer direção, vislumbra-se uma seqüência de montanhas e vales. Estas montanhas, à semelhança de pequenos planaltos, conformam com suas variadas altitudes, planos elevados de vegetação típica de cerrado. Esses planos, sem recursos hídricos na superfície, são regionalmente chamados de *chapadas*. Os vales por sua vez, também de variada inclinação e profundidade contendo uma infinidade de riachos e rios, são designados por *grotas*.*

A variedade da vegetação encontrada na chapada e predominante também nas grotas, apesar de conter certamente algumas alterações de dominância de espécies

devido à maior umidade das baixadas, comportam vários tipos de habitats naturais, comumente chamados de *carrasco*, *caatinga*, *mato cerrado*, *capão* e outros. Rapidamente podemos salientar que o carrasco possui um mato espesso mas relativamente baixo (mais ou menos um metro e meio de altura) e é de difícil entrada para o homem, apesar de que o gado da região, tratado de *pé-duro*, penetra para pastar quando “solto na larga”; que a caatinga é caracterizada por possuir um mato espesso de mais alta estatura que o carrasco, contendo algumas árvores maiores sendo de difícil penetração até para o gado; mato cerrado é aquele caracterizado por ser bem mais ralo que os dois anteriores e rasteiro, permeado por grandes árvores de muitas espécies e por ser de fácil acesso tanto para o homem quanto para seus animais de criação. Possui melhor pasto natural, ao mesmo tempo possibilita com maior facilidade a atividade de coleta, de caça e de extração de recursos; o capão é uma mata mais robusta e densa, de grandes árvores, existente invariavelmente nas cabeceiras das chapadas, as quais são origem às inúmeras nascentes de águas, onde perceptivelmente a umidade é bem maior.

Diante da expressiva riqueza de recursos encontrada no ecossistema estudado, desenvolveu-se uma determinada forma de organização humana que tem como uma de suas características básicas o usufruto harmônico do meio ambiente em que vivem.

O elemento aglutinador deste usufruto do complexo grotas-chapadas é a apropriação da terra pela forma de organização camponesa. A apropriação da terra se dá de duas maneiras distintas que, na vida prática dos camponeses, se complementam. A primeira consiste em uma apropriação *privada* das áreas úmidas das grotas onde estabelecem sua moradia e, a se-

* Mais ao norte do Estado de Minas Gerais e também no Estado da Bahia, são conhecidas por *veredas*, daí o título do romance de Guimarães Rosa: *Grande Sertão Veredas*.

gunda, uma apropriação *coletiva* das áreas planas e altas das chapadas.

A apropriação *privada* da terra é um mecanismo utilizado pelos camponeses para assegurarem os frutos do trabalho familiar frente às adversidades sociais que os cercam. A parcela de terra privada corresponde a uma pequena área (de 0,5 até 60ha) onde se localiza a vida doméstica e produtiva da unidade camponesa. Normalmente chamada de *minha morada*, *meu lugar* ou *minha propriedade* envolve a casa de moradia, uma fonte de água, uma agricultura de alimentos e uma *manga* — pasto natural cercado.

A obtenção desse lote pode se dar pela compra, mediante uma negociação qualquer, pela posse ou pela herança. A compra, longe de ser uma transação monetária que reflita a valorização da mercadoria terra, é muito mais um rearranjo, em algumas comunidades, da distribuição das terras entre as famílias camponesas. A herança toma seus rumos costumeiros e via de regra, como não poderia deixar de ser, não segue obrigatoriamente o código civil brasileiro: herdará a terra dos pais aquele filho ou filhos que desenvolverem aptidões para cultivá-la, dependendo em muito do tamanho da parcela de terra no momento da partilha. Os que não receberem a terra, serão expulsos pelo processo de herança, obtendo o direito a alguma compensação, que pode ser em dinheiro ou em bens, por parte dos pais ainda vivos ou por parte do irmão que permaneceu na terra. A apropriação pela posse, mais comum antigamente, dependia do fato da área escolhida ser ou não do domínio de algum grande proprietário. Com o processo de decadência das fazendas é provável que a desagregação das mesmas liberasse muitas áreas que puderam ser ocupadas pela simples posse. Atualmente, a simples posse de uma parcela de terra não é mais garantia da manutenção da propriedade camponesa.

A parcela de terra comprada, herdada ou obtida pela posse dentro das grotas

é o local onde a unidade camponesa demarcou para a sua moradia. As práticas de organização e distribuição do espaço geográfico da propriedade (individual ou familiar) camponesa, frutos de uma forma peculiar de produzir e pensar, caracterizam esta unidade de produção. A distribuição de água, a pequena horta de verduras e legumes, as árvores frutíferas, a área destinada à *roça*, a pequena construção para abrigar os utensílios da fabricação de farinha de mandioca e de rapadura e o cercado de uma manga, são normalmente localizados espacialmente de tal forma que o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, como trabalho familiar, água, terra plana etc. sejam alcançados. De fato, parece ser a disposição da casa, juntamente com a disponibilidade de água, que determina espacialmente todos os outros componentes.

As casas camponesas (construídas com paus trançados e argila em forma de barro e cobertas com telhas ou palha) estão situadas invariavelmente ao lado da fonte de água, natural ou conduzida pelo homem através de manguieiras. Em frente a casa, local sempre limpo e varrido, está localizado o *quintal*, que serve tanto para o lazer familiar como para a secagem dos cereais. Ao redor da casa estão plantadas as fruteiras e o algodão (utilizado para a tecelagem caseira). Atrás da casa, junto da água, são cercados pequenos locais para as hortas de legumes e verduras. Em frente ao pátio frontal ou colado a um dos lados da casa é construído um local para abrigar os ingredientes e utensílios para a fabricação de farinha de mandioca e da engenhoca ou outra máquina pouco menos rústica movida à tração animal ou manual. Em um ponto afastado da casa, constrói-se o chiqueiro para o confinamento dos porcos e finalmente, soltas pelo terreno, são criados galinhas e patos.

A agricultura de maior porte, denominada de *roça*, é realizada nas partes úmidas e planas do terreno. Os produtos ora são plantados consorciados, ora são cultivados isoladamente, sendo muito co-

num o cultivo de diversas espécies; algumas espécies utilizadas diretamente, outras processadas, todas entretanto destinadas ao abastecimento alimentar da unidade familiar. Nas roças planta-se por exemplo: mandioca, milho, feijão, andu ou quando, cana-de-açúcar, arroz em algumas baixadas propícias, amendoim, café, inhame, abóbora, melancia, etc.

Por fim, dentro do espaço apropriado individual ou familiarmente, é construída a *manga*. A manga, geralmente situada nas encostas não úmidas, é uma área cercada com paus, arames e cipós para a criação e guarda de gado e animais de transporte. Sua área não é muito grande e normalmente se localiza por exclusão, quer dizer, no espaço da propriedade que não estiver sendo ocupado pelas outras atividades da unidade camponesa, como horta, roça, fruteiras, etc.

A segunda forma de apropriação da terra, a forma *coletiva*, aparece como predominante nas áreas de chapadas ou em terras declivadas longe de fontes d'água. Essas áreas, independentemente de seu uso por indivíduos isolados, permaneceram ao longo do tempo como não-propriedades, como coletivas ou como *em comum*, como dizem. Como decorrência dessa prática cultural o usufruto da chapada é coletivo ou socializado. Tanto para os camponeses que habitam o fundo do vale como para aqueles que são *extremantes** com a chapada, os direitos sobre as terras em comum são os mesmos. Tudo que a chapada produz, ou tudo que contém é de todos, ou de qualquer indivíduo que se dispuser a colher seus elementos úteis.

A apropriação da chapada como propriedade particular não se dá nem a nível da comunidade. A comunidade, aliás, dificilmente possui alguma propriedade, ainda que se encontre exemplos ao contrário. A chapada na concepção local é Na-

tureza e a Natureza “foi Deus quem fez” e, como conclusão, não é de ninguém. Qualquer chapada mais rica em frutas, remédios ou outros recursos, pode ser indistintamente utilizada por indivíduos de qualquer comunidade.

As atividades humanas desenvolvidas ao longo do tempo nas chapadas constituem-se de coletas de frutas variadas, da obtenção de carnes de caça, de madeiras para diversos fins, remédios variados — que se constituem de raízes, ervas e folhas que formam a medicina caseira — e também para a criação (vacas e animais para transporte) pastar na época da seca, quando as mangas estão sem pasto. Ao lado destas ainda é possível encontrar alguma roça de alimentos, fundamentalmente mandioca, que é o produto que mais se adapta ao tipo e umidade de solo da chapada. Essas roças ainda que particulares e reconhecidas como tal, são realizadas na terra em comum. São apenas cercadas (como todas as outras) para que o gado não as coma. Contudo o que dá base ao reconhecimento não é a cerca (sinal de propriedade) e sim o trabalho que aí é realizado. Para a concepção camponesa é o trabalho humano que dá origem a posses e direitos sobre determinados bens.

Por sua vez, como a disponibilidade de áreas propícias à prática agrícola é pequena — levando-se em conta a tecnologia disponível sócioeconomicamente e que a população camponesa tem crescido, ocupando principalmente essas áreas mais férteis — há a necessidade concreta de uma convivência harmônica com a Natureza. E isto é facilmente percebido pela população local, ainda que, em algumas vezes, são obrigados a agirem não como pretendessem. É o caso, por exemplo, da caça predatória pois, embora conscientes do problema, dependem muitas vezes de sua carne para uma alimentação mais protéica.

* Extremantes são aqueles que detêm um lote de terra contígua à chapada.

Da necessidade de se respeitar os princípios básicos de funcionamento da Natureza nascem alguns comportamentos culturais muito interessantes. O uso social da água é um dos mais expressivos. As nascentes de água estão localizadas nas *cabeceiras* das chapadas, fazendo parte pois da propriedade coletiva. As áreas de cabeceiras estão recobertas por uma vegetação mais densa, denominada de *capão*. Os capões são muitos e estão dispersos estrategicamente pela geografia do local sendo que, pela umidade que conservam, concentram uma variedade maior de árvores de grande porte e animais, tornando-se locais propícios a uma destruição humana que busque utilidades a curto prazo. No entanto, precisamente os capões — e não outras áreas das chapadas — são consideradas sagradas pela população local. Os capões necessitam a qualquer custo de permanecerem intactos, pois são eles que dão origem às nascentes de água, elemento imprescindível para a vida. A preservação natural dos capões é um cuidado indispensável para essa população que necessita dessa água limpa e abundante durante todo o ano e por todos os anos. Não é por menos que uma grande proporção dos conflitos mais sérios ou encaminhados à justiça tenham origem em uma demanda sobre a utilização de uma fonte de água, ameaçada no seu uso social.

Outro aspecto importante que está ligado à água é a sua propriedade simbólica para a reprodução sócioeconômica camponesa. As *águas vertentes*, como são designados os caminhos naturais das águas, tanto nascentes como das enxurradas provocadas pelas chuvas, demarcam simbolicamente a distribuição do espaço físico-social dos grupos camponeses. Todas as propriedades particulares localizadas nas grotas estão delimitadas pelas águas vertentes. É esse ingrediente natural que define como será realizada uma partilha por herança. As partes a serem divididas, quando o são, obedecem ao traçado das águas vertentes, uma vez que sem água em

seu terreno nenhuma unidade camponesa pode ter assegurada sua reprodução.

Do que foi colocado até aqui, conclui-se pela extrema importância da chapada para o modo de vida camponês. Quando não contém elementos simbólicos de orientação prática cotidiana, contribui com itens fundamentais para a reprodução física dessas unidades familiares. Fundamentais porque complementam a agricultura realizada nas grotas. As construções, cercas e utensílios camponeses são feitos de madeira, assim como seus alimentos são cozidos em fogões a lenha, suas doenças são cuidadas com raízes e ervas nativas, sua alimentação é completada com frutas e com carnes de caça, as águas vertentes propiciam hortas irrigadas, etc. Portanto, o usufruto socializado da chapada, condicionado pela cultura rural ali desenvolvida, é um componente indispensável para a reprodução sócioeconômica camponesa.

As duas formas de apropriação da terra, a individual ou familiar nas grotas e a coletiva nas chapadas, conduzem a uma situação favorável à manutenção e crescimento da forma de organização camponesa. Aliás, é o *complexo grotas-chapadas* o elemento central da reprodução camponesa, dentro do Vale do Jequitinhonha mineiro, ou ao menos, para a região das Minas, caracterizada anteriormente.

Não resta dúvida de que é a forma específica de relacionamento do Homem com a Natureza local que tem garantido, através dos tempos, a manutenção do complexo grotas-chapadas equilibrado em seus distintos componentes. Ao destruir a mata natural dentro das grotas para a prática agrícola e para a criação de animais, coube ao camponês desenvolver práticas convenientes para a sua própria sobrevivência. Como a interpretação que a espécie humana faz da Terra é definitivamente antropocêntrica, os métodos e práticas criadas ou desenvolvidas pelos camponeses refletem a preocupação clara em assegurar, mediante a observação e al-

teração dos ecossistemas, o preenchimento de suas necessidades culturais e econômicas. Contudo, devido aos comportamentos culturais, sociais e econômicos do campesinato, o equilíbrio natural é preservado. A lógica econômica, ao não determinar a obtenção de riquezas a curto prazo, gera as condições de um usufruto harmônico da Natureza.

Assim, quando destroem a floresta nativa não o fazem em grande extensão mas em parcelas diminutas, isoladas umas das outras. Nessas parcelas ínfimas (levando em consideração todo o ecossistema) são realizadas pequenas roças onde, entretanto, plantam muitas espécies de vegetais, garantindo assim, ainda que com um selecionamento das plantas, a diversidade de espécies. Quanto ao solo, a consorciação das culturas (milho-feijão, andu-mandioca-milho e outras), a rotação de culturas dentro de uma mesma área, a utilização de adubo orgânico (esterco dos animais e os restos de vegetais), a queimada e o aproveitamento da cinza como adubo e a intercalação da utilização do pasto natural nas mangas e nas chapadas, constituem exemplos patentes de como preservam ou tentam preservar a fertilidade do solo.

Existem outros exemplos que poderiam ser ainda lembrados, mas o que interessa reter é que, da forma como são conduzidas, as roças camponesas não ameaçam o equilíbrio do ecossistema. Assim, a estabilidade do complexo grotas-chapadas é assegurado, impedindo, por exemplo, a proliferação ou explosão demográfica de espécies vegetais ou animais que, dessa maneira passariam a ser consideradas pragas.

Enfim, mediante práticas e métodos agrícolas que respeitam as leis fundamentais da Natureza conjuminadas com sabedoria no usufruto dos bens livres e naturais, os grupos camponeses analisados têm assegurado, durante mais de um século, sua reprodução sócioeconômica e cultural.

ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA CAMPONESA

A população camponesa estabeleceu-se em pequenas comunidades espalhadas por todo o interior dos vales e ainda que não sejam semelhantes em sua organização às comunidades camponesas da Europa pré-capitalista ou mesmo das comunidades camponesas mexicanas do século atual, constituem-se em um dos nervos principais de sustentação da forma de produção camponesa local.

A comunidade camponesa dentro do vale não possui órgão de decisão interna, com eleições a nível de comunidade, que represente seus interesses ou que interfira na utilização dos meios de produção disponíveis ou mesmo nas atividades individuais dos membros da comunidade. As relações entre eles são mais frouxas e se dão ao nível da identificação social entre os camponeses dentro de determinado local geográfico onde realizam ações em comum. Seu poder se faz presente através da condenação moral e distinção social. Um indivíduo que não seguir as regras de reciprocidade e dívida social será marginalizado, passando a ter dificuldades em receber ajuda comunitária quando necessitar. Também não existe, porque a comunidade não tem poder para tal, uma ação direta sobre os membros, tais como confisco de terra, de produtos ou a expulsão do infrator das normas costumeiras.

As comunidades são de difícil caracterização física por constituírem-se de mais de uma gruta e pelo fato de que cada gruta pode estar suficientemente longe uma da outra de maneira a impedir uma delimitação exata de seus limites. Daí seu caráter disperso, não se constituindo simplesmente em um aglomerado de casas camponesas ao redor do centro religioso e comercial. As casas camponesas se encontram espalhadas dentro das grotas, cada qual envolvida por seu pequeno lote de terra familiar. O centro existe e é composto geralmente por uma escola de nível pri-

mário, uma capela e um ou dois estabelecimentos comerciais.

Entretanto, os laços sociais e políticos que caracterizam a comunidade são os componentes mais importantes da mesma. Os laços de caráter pessoal, que se manifestam através das práticas de ajuda mútua, das formas de solidariedade familiar, de vizinhança, de reciprocidade, de compadrio, de parentesco, ao lado das práticas políticas, religiosas e festivas, constituem a maneira pela qual a comunidade ganha sentido e através das quais se faz presente.

Várias (e não poucas) decisões de participação política, religiosa, festivas e mesmo sobre a aplicação do trabalho componês são decididas no centro da comunidade, numa reunião dominical. Uma decisão política pode ser tomada em uma reunião convocada com esse fim, como também pode ser tomada em uma reunião que dê ensejo a uma missa religiosa, ou ainda em uma reunião para tomar uma “birita” no estabelecimento comercial.

Essas normas e práticas costumeiras ordenam a vida dessa população rural, permeando sem exceção todas as atividades desenvolvidas. O parentesco, por exemplo, desempenha uma importante função para a forma de organização camponesa, influenciando diretamente não só as atividades produtivas mas também as ações sociais e políticas.

A ação política é, inclusive, representativa de particularidades próprias aos grupos camponeses. A tomada de decisão e a participação política são estabelecidas em respeito ao funcionamento coordenado do grupo familiar e não do indivíduo. O processo social de evolução das comunidades camponesas não resultou na especialização das ações sociais em instituições específicas. A unidade familiar de produção e consumo camponesa resguarda ao mesmo tempo o controle sobre a ação social, política e religiosa. A unidade familiar é um organismo complexo de

produção, distribuição e consumo e, por isso mesmo, torna-se a base para ação política do campesinato. Nestes termos, não podemos compreendê-la se nos ativermos aos elementos analíticos desenvolvidos para a sociedade burguesa, pois nesta é o indivíduo o elemento de ação social e política. Como consequência dessas características sócio-culturais camponesas, o modo de pensar e agir politicamente, ideologicamente, economicamente e religiosamente serão específicos de seu meio, não podendo ser assemelhadas com os encontrados no mundo urbano.

A forma de organização camponesa estudada tem sua produção agrícola e não-agrícola voltada para a sua auto-sustentação. Ainda que a comercialização dos produtos obtidos, tanto na produção quanto na coleta, seja um componente do cotidiano desses grupos camponeses, a necessidade de garantir o conjunto dos elementos imprescindíveis à vida — no sentido físico — é o que impulsiona e comanda as atividades produtivas e não-produtivas. Planta-se o que se vai consumir na própria unidade e planta-se na quantidade necessária para que se consiga, no exíguo pedaço de terra disponível, um equilíbrio entre os vários produtos necessários à subsistência familiar. É evidente, portanto, que não é a dinâmica comercial que direciona e organiza a produção. O mercado capitalista de produtos não é a meta a ser atingida. O intuito de subsistência é o predominante, mesmo porque o estabelecimento de uma rede comercial na região não existe.

Caracterizam-se como *fracos* em oposição a quem é *confortado*, ou seja, a elementos de outra esfera social que estão em melhores condições de acesso à terra, de realização comercial e por possuírem muita criação. Uma pessoa *confortada* nem sempre é definida pela posse de dinheiro, mas que tem uma posição segura, sem riscos de sobrevivência e a disponibilidade de recursos físicos, sociais e políticos. A *fraqueza* e o *ser fraco* estão

incorporados no discurso do camponês, representando a carência em que vive: possui pequeníssimas parcelas de terra, a dieta alimentar é pobre e carente em proteínas, o estabelecimento de moradia é pequeno e rústico e convivem, como reflexo da situação, com uma série de doenças típicas do meio rural brasileiro.

As características apontadas para a situação camponesa local reforçam a orientação da produção para a obtenção do consumo essencial à unidade familiar. “Então eu cá, o meu modo de plantar é pouca coisa, a conta de tratar de minha família”, ou seja, plantar o que for possível dadas as condições existentes. Assim, plantam-se preferencialmente cereais, que compõem a dieta básica diária, mais a cana-de-açúcar com a finalidade de se conseguir a rapadura — o açúcar do camponês brasileiro. Planta-se isso porque “é o que nós precisa conduzir” para sobreviver.

Dentro desse contexto, as relações de trabalho a nível da comunidade, envolvendo as famílias dos camponeses, são estabelecidas segundo os requisitos desta dinâmica reprodutiva. As atividades como a produção agrícola e de animais (vacas, cavalos, porcos e galinhas), a coleta e a caça de pequenos animais selvagens, exigem uma organização específica do trabalho familiar dentro da unidade camponesa.

Os requisitos de subsistência e reprodução camponesa são conduzidos por uma unidade complexa e coletiva de trabalho. Seus membros têm características distintas uns dos outros, características de sexo, de idade, quanto a capacidade de trabalho, a oportunidade de participar no mercado de trabalho e a aprendizagem técnica, que os tornam diferenciáveis entre si. Na prática, embora todos conheçam as várias modalidades de trabalho, uns têm maior ajuste a esta ou aquela atividade, fazendo com que não sejam plenamente intercambiáveis no processo produtivo.

O planejamento do processo produtivo exige, neste caso, uma coordenação, supervisão e articulação entre os vários membros envolvidos, como maneira de se garantir um funcionamento orgânico do todo. A articulação do conjunto requer, como exigência técnica e funcional, portanto, um certo grau de centralização das decisões a serem efetuadas e da definição de níveis de responsabilidade.

Como é o parentesco que dá organicidade a essa unidade coletiva de trabalho, é o pai da família que toma a si o cargo de coordenar e centralizar as decisões sobre o trabalho familiar. O parentesco é um componente social hierarquizado que controla as condições de acesso ao poder e aos recursos disponíveis no seio da família. É um conjunto de relações sociais que influencia diretamente não só as atividades produtivas mas também as ações sociais e políticas. Como componente do processo de reprodução sócio-econômica, além de dar coesão e direção ao processo de trabalho, faz a mediação entre a ação econômica e a ação política camponesa. De uma relação a outra é o parentesco, muitas vezes, que dita as regras e organiza a ação social e política do campesinato. Seu papel, portanto, no âmbito da produção camponesa, é extremamente importante.

No tocante as tarefas produtivas, devemos salientar que não há uma distinção clara entre os sexos de quem faz o que dentro da unidade reprodutiva. Há uma interpretação das tarefas a priori consideradas como femininas ou masculinas. Isto é, apesar de que idealmente há uma divisão sexual do trabalho, destinando-se as tarefas consideradas “maneiras” da casa e adjacências às mulheres e as tarefas “pesadas” da roça aos homens, a dinâmica social impõe uma freqüente redefinição dos papéis a serem cumpridos. Constando de uma estratégia de sobrevivência física e social e obedecendo as condições concretas de vida do grupo, a organização do trabalho familiar mostra-se bastante

flexível, adaptando-se constantemente às novas necessidades surgidas no cotidiano da vida de pequenos produtores rurais.

Porém, o trabalho familiar não satisfaz as necessidades de trabalho. Muitas famílias camponesas, no início de sua formação, não possuem braços suficientes para que se executem os trabalhos agrícolas e não agrícolas. Quando a relação produtor/consumidor é baixa, isto é, quando apenas duas pessoas produtivas (o pai e a mãe, por exemplo) sustentam um grande número de indivíduos inadequados à produção (crianças menores de 10 anos e velhos), a unidade familiar tem necessidade de recorrer a outros expedientes de trabalho.

A bem da verdade essa necessidade surge não só por isto. Uma doença, uma má colheita agrícola ou qualquer outro infortúnio que atinja a unidade camponesa, coloca a mesma em situações de dificuldade. O enfrentamento dessas situações mais graves, como também a baixa relação produtor/consumidor, ou ainda o exíguo pedaço de terra disponível para a roça alimentar, direcionam a organização camponesa para outras relações de trabalho e/ou para outras atividades que venham a complementar a produção agrícola na obtenção da reprodução sócio-econômica.

Assim, para cumprir as exigências das lides agrícolas nos momentos de “precisão”, utilizam-se da *troca-de-dias*, do *mutirão* ou até, conforme o caso e a disponibilidade familiar, contratam um *camarada-a-dia*. As três atividades, é bom frisar, são reguladas pela sociabilidade comunitária camponesa.

A categoria do *camarada-a-dia* expressa claramente seu conteúdo. Um camponês com necessidade de auxílio, em certo momento do ciclo agrícola, emprega a dia outro camponês, quer dizer, emprega um *camarada*, que pode ser um vizinho, um amigo ou um parente. Muitas vezes, entretanto, é o contrário que ocorre. Alguém momentaneamente em necessidade

ou com folga no tempo de trabalho, oferece-se para trabalhar tantos dias a um vizinho pela *despesa* (em troca de alimentos). A relação de trabalho no caso, embora envolva empregador e empregado, é uma relação entre iguais. Simplesmente há um contrato que estabelece que determinada tarefa seja cumprida em certo tempo, recebendo um pagamento em dinheiro ou espécie.

A natureza da relação de *camarada-a-dia*, mesmo que o empregado seja pago em dinheiro — o que se tem tornado mais comum — é completamente distinta do assalariamento capitalista. Aqui, nem há o agente capitalista, dono dos meios de produção e explorador da força de trabalho, nem há o trabalhador assalariado despossuído dos meios de produção e subsistência e vendedor de sua força de trabalho em troca de um salário. O caráter da relação não contém a dominação capitalista nem outra qualquer. A relação, ela mesma, é fluida e temporária, se invertendo de um momento para outro, conforme as necessidades do ciclo agrícola de cada família camponesa. O empregador de hoje é o empregado de amanhã.

Conclui-se, portanto, que a natureza da relação do *camarada-a-dia* é da índole dos princípios costumeiros de ajuda mútua e solidariedade dentro da comunidade, não podendo ser assemelhada ou igualada à venda de força de trabalho capitalista. Conclui-se também que, teoricamente, o trabalho realizado pelo trabalhador camponês recebe em troca, como pagamento, um valor equivalente seja em dinheiro, seja em espécie.

Muitas vezes o *camarada-a-dia*, por envolver dinheiro, é substituído pela *troca-de-dias*. A *troca-de-dias* significa que um dia de trabalho agrícola cedido por um indivíduo a outro equivale a uma dívida social do segundo ao primeiro, isto é, o segundo deve ao primeiro um dia de trabalho. Por não envolver dinheiro na relação, nem qualquer outro mediador de

troca, a relação é quantificada pela unidade de tempo: um dia, meio dia, dois dias. Pelo caráter solidário que contém, normalmente é praticada apenas com pessoas da mesma comunidade, o que não acontece com o camarada-a-dia, pois comporta, mais normalmente, indivíduos de outra comunidade.

O emprego do *mutirão* como resposta a uma situação-problema é uma manifestação marcante da solidariedade e da reciprocidade comunitária camponesa. O *mutirão* é a reunião de vários camponeses da comunidade com fins de ajudarem, com o trabalho coletivo, determinado indivíduo em um dia de trabalho. O dia pode ser determinado pelo necessitado, que solicita a realização do *mutirão*, ou pode ser marcado de surpresa pelos amigos mais próximos, ao perceberem a carência de trabalho em que determinada família se encontra. Neste caso recebe o curioso nome de *traição*. Em ambos os casos, a reciprocidade social determina que o indivíduo favorecido deve, conforme surgirem as oportunidades, ingressar nos *mutirões* em benefício daqueles que o ajudaram.

Ao lado das relações de trabalho dentro das comunidades existe um recurso utilizado pelos camponeses que extrapola os limites do “mundo camponês”. Este recurso é a venda de força de trabalho para estabelecimentos empresariais localizados fora do Vale do Jequitinhonha.

Este recurso, a venda de força de trabalho como conceito e como reflexo de uma exploração típica capitalista, como já salientado, não tem nada a ver com a relação de trabalho entre camponeses, isto é, com a troca-de-dias, com o *mutirão* e com o camarada-a-dia. Se há semelhança de forma, principalmente com este último, o conteúdo das relações capitalistas e camponesas é totalmente distinto.

A liberação e conseqüente venda da força de trabalho familiar camponesa, como assalariados, se dá em um momento

específico estreitamente vinculado ao ciclo agrícola. Isto é, na entressafra agrícola da sua produção partem em busca do trabalho assalariado em outras regiões. Aliás, este é também o momento certo para o desvio do trabalho familiar das tarefas agrícolas para outras não-agrícolas propriamente ditas, como o artesanato ou o garimpo, por exemplo.

Desse modo, na entre-safra agrícola há uma migração temporária de camponeses para centros como Belo Horizonte, São Paulo, Montes Claros, Rio de Janeiro, na procura de emprego nas grandes indústrias ou mesmo no setor informal de trabalho urbano. Ou, ainda, se deslocam para outras regiões agrícolas que demandam grande número de mão-de-obra em intervalos curtos de tempo. Neste último caso, a atração sobre a mão-de-obra camponesa da região é exercida pela colheita de café (preponderantemente pelo sul de Minas Gerais), a cana-de-açúcar (principalmente à região de Ribeirão Preto em São Paulo) e outras colheitas do sul do país. São os moços — filhos adultos ainda não casados — e os pais de família o principal segmento da força de trabalho camponesa que se desloca anualmente. A migração é motivada pela possibilidade de retornarem ao seu lote de terra familiar com alguma quantia em dinheiro.

O importante a reter é que o retorno é pré-estabelecido pela unidade camponesa. Quando se parte, arregimentados pelos *gatos* (empreiteiros) ou mediante recursos próprios via ônibus comercial, já se sabe quando se deve retornar para o prestamento da ajuda necessária à produção familiar. O retorno ou se dá no momento da plantação dos produtos que exigem mais trabalho ou, mais comumente, no momento da primeira capina. O preparo da terra, o plantio e as capinas, normalmente em número de três, constituem os momentos de maior “precisão” de mão-de-obra.

Outro tipo de venda de força de trabalho camponesa é o da jovem solteira. É

muito comum o afastamento da mulher mais adulta, ainda solteira, da família para o assalariamento nos grandes centros urbanos, como empregadas domésticas. Permanecem de 3 a 4 anos nesse tipo de emprego e, após esse tempo, regressam aos seus locais de origem para se casarem e constituírem outra unidade de produção. No passado (parece correto supor) maior era a proporção de retorno ao meio rural. Hoje em dia, devido às dificuldades enfrentadas pela produção camponesa e à atração do meio urbano, muitas vezes, permanecem nos centros urbanos.

Os dois últimos pontos levantados, a venda de força de trabalho dos migrantes temporários e o da jovem empregada doméstica, revelam duas coisas importantes para a análise.

A primeira é o fato de que não perdem o vínculo com a família em nenhum momento do processo migratório, contribuindo cada um à sua maneira, para a reprodução da unidade familiar. Uns saem deliberadamente para regressarem com alguma quantia em dinheiro; outros, os jovens geralmente, (de ambos os sexos) partem na tentativa de obterem sucesso na acumulação de dinheiro para assegurarem o futuro casamento. Os jovens, desse modo, contribuem de duas formas. Uma, pelo fato de garantirem, em certo sentido, seu próprio dote de casamento. E ainda ajudam enquanto solteiros com contribuições em dinheiro ou em presentes para os membros da família que estão no meio rural.

Isto nos conduz a perceber como são fortes as relações de natureza pessoal no meio camponês, onde a separação física da família não significa necessariamente a separação social da família. Tanto é verdade este fato que mesmo as pessoas definitivamente instaladas no meio urbano comparecem periodicamente aos seus municípios de origem para participarem das festas religiosas.

A segunda é que constituem um dos mais importantes elos de socialização ur-

ba, isto é, de preparação do camponês para o relacionamento necessário com o meio capitalista. Mediante as informações e aprendizado trazido pelos familiares que permanecem algum tempo no exterior, se educam para a vida urbana. Em um momento futuro, quando atingidos pela expansão capitalista na região, isto será fundamental. Muitos de seus comportamentos e respostas têm sua origem neste fato. Ao se educarem para o trabalho capitalista assalariado, ao aprenderem lidar com dinheiro, com números, com gerentes empregatícios e penetrarem no meio onde predominam as relações impessoais estão se preparando, inconscientemente, para enfrentarem um futuro adverso.

O funcionamento equilibrado do complexo grotas-chapadas tem permitido, durante mais de um século, o desenvolvimento de populações camponesas na região de considerável magnitude. Entretanto, para que isso ocorresse, como ocorreu, foi preciso que o homem local desenvolvesse, além das atividades citadas, outras que complementassem sua reprodução material e social. O estado de carência de recursos, denotado no discurso de *fraqueza*, demonstra que a exploração da terra por si só não garante a reprodução. Assim, ao lado da produção agrícola e de animais, da coleta e da caça, os camponeses desenvolveram práticas artesanais, comerciais e ainda, como sobrevivência da época do ouro de Minas Gerais, o garimpo. Todas essas atividades, cada qual a sua maneira, contribuem para a reprodução sócio-econômica camponesa.

É bom salientar, para que não se crie uma imagem falsa de uniformidade, que a dedicação do tempo de trabalho a uma ou a outra atividade complementar à reprodução é extremamente variável entre as unidades familiares. As várias alternativas possíveis, utilizadas em maior ou menor proporção por cada unidade em particular, compõem a diversidade de situações observadas dentro do vale do Jequitinhonha.

Como já se assinalou, a economia camponesa está inserida em um contexto social específico dentro do Vale. Fracamente monetarizada e pouco articulada com o mercado capitalista, seja no mercado de produtos, seja no mercado de trabalho, a organização camponesa encontra no artesanato um importante suporte para a sua reprodução. O artesanato constitui-se para a totalidade dos camponeses em um valiosíssimo fornecedor de instrumentos de trabalho no âmbito caseiro ou fora dele, de bens manufaturados e de utensílios domésticos. Além disso, é uma fonte de ganho monetário, particularmente para aquelas unidades de produção situada mais favoravelmente, caso da cerâmica em particular, ou para aquelas que se especializaram no artesanato.

Ao contrário do trabalhador proletário urbano, que depende exclusivamente do mercado para suprir suas necessidades, o camponês realiza sua reprodução sócio-econômica à margem do mercado de produtos industriais. Os condicionantes físicos, sociais e econômicos o induzem a garantir os produtos essenciais a sua estrutura de consumo e dos meios de produção mediante a manufatura caseira. A transformação de produtos naturais em instrumentos de trabalho ou em objetos de consumo permite aos camponeses a obtenção de bens imprescindíveis porém inacessíveis por intermédio do mercado de produtos industriais.

O artesanato que na região assume principal importância nas atividades ligadas ao barro, ao couro, ao algodão e à madeira, é largamente disseminado entre as unidades familiares. Todas elas, de algum modo, praticam um ou mais tipos de artesanato e quando não o fazem, obtêm esses produtos através da comercialização proporcionada pelas relações comunitárias. Assim, independentemente da diversidade de recursos existentes entre os vários grupos camponeses, a estrutura de consumo e dos meios de produção é por demais semelhante, predominando basi-

camente os produtos derivados do artesanato doméstico.

Desse modo, o barro fornece objetos utilitários como as vasilhas de cozinha para guardar e servir alimentos, para armazenar água, vasos de plantas e outros, sem utilidade direta, mas que expõem satisfações culturais, como as figuras de presépio, santos, miniaturas de brinquedos e peças genuinamente decorativas como os vasos de confecções figurativas - zoomorfos, antropomorfos e híbridos. O artesanato de couro fornece alforjes, chapéus, botinas, bainhas de faca e facão, brucacas, selas, arreios e outros objetos de montaria. Do artesanato com o algodão obtêm-se os produtos têxteis-roupas variadas, cobertas de cama e toalhas de mesa, tapetes para paredes e chão etc. E ainda, finalizando, do resultado do trabalho com a madeira se conseguem os instrumentos de fabricação da farinha e rapadura, a roça, os cabos de faca, facão e enxada, e outros decorativos como desenhos de caricaturas em troncos e crucifixos.

Esta descrição dá uma idéia de como é importante o suprimento direto de bens manufaturados proporcionado pelo artesanato. E como o destino dos produtos é o consumo dos camponeses, em geral, suas características são marcantes ao obedecer uma utilidade particular. São objetos com acabamentos toscos, sem a pretensão de terem formas perfeitas, extremamente resistentes e não encerram a preocupação com enfeites e adornos estéticos, à exceção de objetos especialmente criados para esse fim - caso mais significativo da cerâmica.

O artesanato além de suprir diretamente inúmeros produtos à unidade camponesa pode ser visto como elemento que, quando comercializado, proporciona uma renda monetária que se soma, como mais um fator positivo, à consecução da reprodução sócio-econômica do campesinato. Como a matéria-prima do artesanato local é um produto natural, sem custo monetário ou com custo mínimo, qualquer

pagamento que se obtenha por um produto manufaturado é vantajoso monetariamente. E como o consumo desses produtos é amplamente disseminado, a possibilidade de comercialização entre os grupos camponeses é grande. A comercialização, instrumento de repartição desses produtos, garante a algumas unidades familiares especializadas ou àquelas favorecidas pela localização no ecossistema um rendimento monetário que por menor que seja auxilia a reprodução camponesa.

O caso da *cerâmica*, do qual temos mais conhecimento, pode ser tomado como exemplo explicativo para a percepção da importância do artesanato na reprodução camponesa e de como tal prática se insere dentro de um contexto particular de relações sociais.

De início, a exploração do barro contém uma particularidade em si importante, demonstrativo das relações comunitárias que temos apontado como fundamental na vida camponesa. Encontrado em locais apropriados, em baixadas regadas por algum córrego ou rio, o barro é usufruído pelos camponeses coletivamente. Regra geral, o barreiro se localiza em terra não apropriada individualmente, constituindo um caso interessante de *terra-em-comum* dentro do vale, ou seja, dentro das grotas. Entretanto, o barreiro pode estar localizado em terra apropriada privadamente e, dependendo da relação social entre a unidade familiar detentora da propriedade com as outras interessadas, o usufruto é socializado ou não. Em caso negativo, o barro é vendido, contudo a um preço irrisório.

Destarte, o que se quer chamar atenção é que, uma vez sendo explorado coletivamente e presente nas paredes, nas painelas ou nas representações culturais do campesinato, o barro torna-se um importante elemento na delimitação da identidade social camponesa. Sendo um produto natural e no geral usufruído coletivamente, contém elementos simbólicos marcantes de convívio com a Natureza. Os

camponeses sabem que a exploração do barro lhes é fundamental e que, portanto, devem assegurar a perpetuação do barreiro. O convívio harmônico com a Natureza retorna aqui, novamente, como chave para se compreender as atitudes camponesas. O barreiro é considerado, desse modo, um bem social a exemplo do que ocorre com a água, que não pode ser destruído ou danificado.

Resta considerar os “negócios” camponeses, que comportam uma série de atividades correlatas mas que, de uma maneira geral, implicam em relações mercantilizadas. A transação mercantil é um componente marcante dessa população camponesa. Mercantil, contudo, não pode ser traduzido exclusivamente por relação de troca capitalista, sob pena de se incorrer em graves erros na interpretação da realidade em estudo. No caso, a relação mercantil inclui uma gama de atividades que se desenrola através de feiras livres, trocas diretas de produtos entre camponeses, pagamento de trabalho em espécie entre camponeses, compra e venda de animais na comunidade, vendas preferenciais ou rearranjos de terras interna entre as famílias etc.; que não são relações capitalistas propriamente ditas. São efetuadas normalmente dentro da própria comunidade — envolvendo vizinhos, compadres e amigos — ou via feira semanal, que se realiza na sede do município, onde os vendedores são os próprios produtores das mercadorias expostas, não havendo redes de comercialização estabelecidas, geridas pelo capital comercial. Nesse contexto, portanto, não ocorre o mecanismo de endividamento e atrelamento do produto ao capital comercial ou usurário, como é comum na agricultura brasileira.

Por fim, resta-nos o tratamento do garimpo e da exploração de lavras como mais uma das atividades que auxiliam a reprodução camponesa. Para alguns municípios do Vale, o garimpo atinge ainda hoje grande importância, constituindo-se na principal atividade camponesa na

entre-safra de sua produção agrícola. Porém, para os municípios contemplados nessa pesquisa, as atividades ligadas ao garimpo estão bastante restritas hoje em dia, ocupando apenas o trabalho de alguns poucos trabalhadores rurais.

A importância destas atividades complementares (artesanato, negócios e garimpo) à produção agrícola na obtenção da reprodução camponesa é tanto mais evidente quanto mais nos aproximamos de suas condições concretas de vida. A realidade do Vale do Jequitinhonha mineiro indica a necessidade de uma diversificação das atividades camponesas entre a produção e a comercialização dos produtos consumidos. Qualquer das atividades incluídas nesse processo produtivo, de uma maneira ou de outra, tem o mesmo objetivo: a obtenção das condições de sobrevivência material e social camponesa.

Finalizando e resumindo o exposto, procuramos salientar os pontos que nos parecem essenciais na manutenção e reprodução do modo de vida camponês estabelecido no Vale do Jequitinhonha mineiro neste século. Estes pontos são os seguintes: 1) O usufruto do complexo grotas-chapadas, combinando-se a propriedade privada ou familiar dentro das grotas com a propriedade coletiva nas chapadas; 2) O desenvolvimento de métodos e práticas agrícolas e sociais que res-

peitam as leis fundamentais da Natureza; 3) O estabelecimento de um modo de vida comunitário, característico dos grupos camponeses; 4) A importância decisiva da organização do trabalho familiar na obtenção dos requisitos de subsistência e reprodução camponesa e 5) A necessidade, previda pelas condições concretas em que vivem, de desenvolverem atividades extras que venham auxiliar a produção agrícola para a sua sobrevivência.

As condições de vida dos grupos camponeses sempre foram muito difíceis, tanto em relação às condições materiais como em relação às condições sociais de vida. Mas, embora difíceis e dependentes de grande esforço humano, nunca impediram a garantia de sobrevivência da próxima geração, o viver futuro. Um viver rústico, socialmente isolado, muitas vezes com doenças, mas um viver feliz e com fartura, que somente o afastamento do modelo de vida e do modo de pensar capitalista possibilita entender na plenitude.

Esse viver começa a ser alterado substancialmente com a chegada do "progresso na região". Antes, sabia-se que os filhos teriam lugar onde morar, trabalhar e viver. Hoje em dia, imposto o desenvolvimento capitalista ao Vale, não se tem certeza de mais nada, nem mesmo quanto ao fim de suas vidas.

GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F. — The conditions of peasant reproduction in Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas*, São Paulo, 6:85-100, 1983.

ABSTRACT: The objective of the present work is to describe the socio-economic peasant reproduction conditions in Vale do Jequitinhonha. Emphasis is given to the relationship Man-Nature important to explain the social organization established in the region.

KEY-WORDS: Peasant reproduction; Man-Nature relationship; productive organization.
